

ANFIP lança livro sobre a Previdência e a economia dos municípios



A ANFIP realizou o lançamento do livro “A Previdência Social e a Economia dos Municípios – 7ª Edição – Revisada e Atualizada”, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, dia 24 de abril. A publicação, de autoria do auditor fiscal Álvaro Sólón de França, traz informações preciosas relativas aos recursos previdenciários com o propósito de reduzir as desigualdades regionais.

A audiência foi presidida pelo deputado federal Antônio Brito (PSD-BA), que destacou o trabalho da Entidade. Durante o lançamento, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, explicou sobre a temática do livro e principalmente sobre a importância econômica dos municípios. “Nesse momento em que a PEC 6/2019 é apontada como a salvação do Brasil é importante trazermos um estudo qualificado

e transparente que aponta qual é o impacto do sistema previdenciário na vida dos municípios. A ANFIP reitera a sua transparência e compromisso com os números, fruto de um trabalho de muitos anos”, disse o presidente.

A presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges, disse esperar que as informações contidas no estudo auxiliem na compreensão sobre o financiamento da Previdência Social e a sua importância no contexto social e econômico do país.

Álvaro Sólón de França falou sobre a importância de se realizar um debate consistente sobre o texto da PEC 6/2019, dada a importância do Sistema Previdenciário brasileiro. “Segundo dados do próprio governo, a Previdência retirou 30 milhões de pessoas da pobreza em 2017. Se não fosse a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Assistência

Social, o Brasil estaria na barbárie social”, argumentou.

O evento contou com a participação da presidente do Conselho de Representantes, Tereza Liduína Santiago Félix, e dos vice-presidentes do Conselho Executivo, Vanderley José Maçaneiro (Assuntos Fiscais), Luiz Cláudio de Araújo Martins (Política de Classe), Marluce do Socorro da Silva Soares (Política Salarial), Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), José Avelino da Silva Neto (Aposentadorias e Pensões), Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), Carlos José de Castro (Administração, Patrimônio e Cadastro), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Ilva Maria Franca Lauria (Assuntos Parlamentares), além de diversos parlamentares.

Recurso especial busca desbloqueio da GDAT

Página 3

Convenção Nacional começa em maio

Página 5

Mulheres se unem em defesa da Previdência

Página 5

ANFIP recorre à Lei de Acesso à Informação

Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), a ANFIP solicitou ao governo federal os dados que embasaram o projeto da reforma da Previdência, mas obteve como retorno respostas evasivas e inconsistentes, sendo-lhe claramente cerceado o direito às informações.

Vale ressaltar que durante a tramitação da PEC 287/2016, o governo entregou as informações referentes ao ano de 2016, solicitadas por parlamentares e por entidades, como a própria ANFIP. O mesmo procedimento deverá ser adotado com os dados referentes a PEC 6/2019. O governo não pode se furtar a fornecer, com transparência, as informações técnicas que teoricamente teriam embasado o seu projeto de reforma da Previdência.

A proposta representa um verdadeiro desmonte do sistema previdenciário brasileiro, com profundas mudanças no Regime Geral da Previdência Social (RGPS)



e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), afetando diretamente os aposentados, pensionistas, trabalhadores rurais e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). É preciso conhecer os dados que justificam tais medidas danosas para a maioria da população brasileira.

No entanto, na contramão do debate transparente com a sociedade,

em meio a mudanças tão severas, o governo mantém em sigilo os cálculos atuariais, estudos e pareceres que embasaram a PEC 6/2019. A ANFIP reitera que não é possível aprovar uma reforma da Previdência no escuro, sem saber o que o governo planeja com o regime de capitalização e quais os impactos da reformulação paramétrica nos regimes de repartição.

Entidades definem emendas à reforma da Previdência

Desconstitucionalização das regras previdenciárias, idade mínima, regras de transição, pensão por morte, alíquotas de contribuição dos servidores públicos são alguns temas das emendas elaboradas pelas entidades vinculadas ao Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, da reforma da Previdência.

São 10 sugestões de alterações, sendo que sete já foram autenticadas pelos deputados federais Professor Israel (PV/DF), Lincoln Portela (PR/MG) e André Figueiredo (PDT/CE).

O arquivo completo das emendas está



disponível no site da ANFIP. As entidades afiliadas ao Fonacate já começaram, inclusive, a coletar assinaturas de parlamentares. É necessário o apoio

de, no mínimo, 1/3 dos deputados (171) para que as emendas sejam protocoladas na Secretaria da Comissão Especial da PEC 6/2019.

Expediente Linha Direta		 <p>ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil www.anfip.org.br Inovação e Luta!</p>	
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>			
<p>www.instagram.com/anfip_</p>		<p>www.facebook.com/anfipnacional</p>	
<p>www.twitter.com/anfipnacional</p>		<p>www.youtube.com/anfipoficial</p>	

Publicado Acórdão referente à GDAT



A ANFIP comunica aos seus associados e demais interessados que foi publicado dia 3/4, no Diário da Justiça Federal da 1ª Região nº 60, o Acórdão referente à última sessão realizada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 26/2/2019. A Primeira Turma, por maioria, decidiu rejeitar os embargos de declaração da União e dar parcial provimento aos embargos de declaração dos exequentes (ANFIP).

Assim, o advogado Aldir Passarinho Filho, patrono originário da causa,

interpôs recurso especial (REsp) ao Superior Tribunal de Justiça, em 26/4, cujo objetivo principal é possibilitar o imediato desbloqueio dos valores. Todavia, é provável que a União também apresente o respectivo recurso e que suscite novamente todos os pontos elencados anteriormente.

Para mais informações, entre em contato com o Jurídico da ANFIP, preferencialmente, por meio do e-mail juridico@anfip.org.br, whatsapp (61) 98176-9051 ou pelo telefone 3004-9197.

Tramitação da MP 873 é prorrogada por 60 dias no Congresso



O prazo de tramitação da Medida Provisória nº 873/2019 no Congresso Nacional foi prorrogado pelo período de 60 dias. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (18/4), em Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (DEM/AP).

A MP 873/2019 altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte que trata das contribuições sindicais. No dia 26/3, a ANFIP obteve liminar que

suspende os efeitos da MP e mantém o desconto em folha de pagamento das mensalidades associativas. A liminar foi requerida em ação proposta pelo advogado Claudio Farág.

A ANFIP tem manifestado repúdio à intenção do governo em atacar frontalmente as entidades representativas, dificultando e onerando o exercício da atividade sindical, em momento que antecede a tramitação da reforma da Previdência.

ANFIP oferece apoio Jurídico aos associados



A ANFIP, em mais um serviço prestado para seus associados, está disponibilizando apoio Jurídico àqueles que necessitam apresentar e discutir ações judiciais que garantam a contagem de tempo de serviço e contribuição recíprocos nos sistemas previdenciários dos servidores públicos.

Com o intuito de facilitar a busca de seus direitos, o escritório Farág Advogados Associados, responsável pelas medidas judiciais, lista as ações referentes ao assunto:

- Servidores que atuaram como engenheiros até 1995;
- Aluno da Escola Técnica;
- Curso de Formação;
- Atividade Rural;
- Tiro de Guerra;
- EFOMM (Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante);
- Contagem Especial do Portador de Deficiência Física.

Os associados que se enquadrem nessas situações, e quiserem ingressar na Justiça, devem enviar ao juridico@anfip.org.br os documentos necessários, que inclui cópia do documento pessoal de identificação, cópia de comprovante de residência, procuração e o certificado que comprove o tempo a ser computado como de serviço. No caso da ação para contagem especial do portador de deficiência física, apresentar laudo médico que comprove a enfermidade.

ANFIP apresenta pauta de interesse dos Auditores a secretário da RFB



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e os vice-presidentes Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva), Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários) e Vanderley José Maçaneiro (Assuntos Fiscais) foram recebidos, dia 17/4, pelo secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Marcos Cintra, e pelo subsecretário de Gestão Corporativa, Marcelo de Melo Souza.

Na pauta, a Reforma Tributária Solidária, projeto da ANFIP e da Fenafisco que oferece um

diagnóstico e propostas para um sistema tributário justo e equilibrado. Para Floriano Sá Neto, esta é a reforma necessária para a retomada do crescimento econômico, sem penalizar os cidadãos.

Na ocasião, foram entregues os estudos já publicados. Marcos Cintra informou que analisará o material e abrirá diálogo para tratar do tema. O secretário, inclusive, foi convidado a participar do painel sobre o assunto que acontecerá na XXVII Convenção Nacional, realizada de 30/05 a 02/06, em Brasília (DF).

Subcomissão da Reforma Tributária aprova plano de trabalho

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, esteve presente na sessão da Subcomissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, realizada dia 29/4, para análise e deliberação sobre o plano de trabalho do colegiado. O relator, deputado Celso Sabino (PSDB/PA), apresentou sua proposta com um resumo das atividades previstas para os próximos três meses, que inclui a realização de audiências públicas nos estados. A ANFIP e a Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital) estão entre os convidados para os debates.

Também devem participar das audiências representantes do governo, da Secretaria Especial da Receita Federal

do Brasil, Ipea, Conseq, além do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, relator da PEC 293/04, e o economista Bernard Appy, um dos coordenadores no Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) de estudo que resultou em texto (PEC 45/19) apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP); dentre outros. A reunião foi coordenada pelo presidente da Subcomissão, deputado Luis Miranda (DEM-DF).

A subcomissão foi instalada em 23/4. A ANFIP também esteve presente, sendo representada pelas vice-presidentes da ANFIP Ilva Maria Franca Lauria (Assuntos Parlamentares) e Marluce do Socorro da Silva Soares (Política Salarial).

Benefícios

Carro novo na garagem



As novas tabelas de descontos dos convênios da ANFIP com a Honda, Suzuki e Mitsubishi, estão disponíveis na plataforma de benefícios exclusiva para os associados da Entidade. Acesse e confira valores e modelos.

Beer Fest e Comedy



O Grupo Rio Quente realiza, de 12 a 18 de maio, a Beer Fest & Comedy. Os associados poderão curtir shows diários de comédias e participarem de workshops e oficinas com mestres cervejeiros. Dentre as atrações, Os Barbixas, Rodrigo Marques, Bruna Louise, Rodrigo Capella, Caio Martins e Show da Nina. Ainda na Vila gastronômica do Hotel Pousada, terão atrações artísticas durante todas as noites, incluindo música e dança.

Vai um lanchinho?



Atenção, associado ANFIP, seu Clube de Vantagens agora tem mais uma deliciosa parceria, o Burger King. Os produtos em oferta podem ser consultados na área de convênios, na plataforma da página eletrônica da Associação.

XXVII Convenção Nacional da ANFIP começa em maio



A XXVII Convenção Nacional da ANFIP está cada vez mais próxima e a capital federal vai sediar este grande evento político-institucional da Entidade, que acontece de 30 de maio a 2 de junho, no Quality Hotel e Suites Brasília, localizado a apenas dez minutos do aeroporto.

Realizada a cada dois anos, a Convenção Nacional é o maior evento da Associação, que reúne Auditores Fiscais de todo o país para debates sobre a carreira, os desafios futuros, além de ser um momento de confraternização e reencontro entre

os participantes. É durante o evento que também serão apresentadas as chapas que devem concorrer aos cargos dos Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP.

A ANFIP preparou um hot site especial para divulgação das informações sobre a Convenção Nacional. No ambiente virtual é possível conferir a programação do evento, os prazos e regulamentos para inscrição de teses e propostas, dicas sobre hospedagem e pontos turísticos. Tudo isso reunido em um único lugar!

Receita suspende emissão de cédulas de identificação

A ANFIP foi informada, por meio de ofício divulgado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, da suspensão de emissão das cédulas de identificação dos aposentados do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. O documento explica que o modelo vigente diverge da nova estrutura do órgão.

A medida se dá em virtude da extinção do Ministério da Fazenda e da alteração da nomenclatura da Receita Federal do Brasil para Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Em relação ao cronograma anteriormente estabelecido, esclarecemos que o 1º Lote referente à 26/3/2019 está em fase de emissão pela Empresa Thomas Greg, contudo os demais lotes estão suspensos.

Mulheres realizam ato em defesa da aposentadoria



O auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados foi palco de um dos maiores atos em defesa da aposentadoria, realizado dia 11/4. O evento Mulheres Unidas reuniu pessoas de várias representações, dentre parlamentares, entidades de classe, organizações sindicais, movimentos sociais e sociedade civil organizada.

O objetivo das representantes do movimento é mostrar à sociedade o quanto a PEC 6/2019, da reforma da Previdência, altera de forma prejudicial os direitos previdenciários das mulheres brasileiras. Organizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher,

pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher e pela liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

A ANFIP esteve representada pelo presidente Floriano Martins de Sá Neto e pelas vice-presidentes Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário), além da coordenadora do Conselho Fiscal da ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, e funcionárias da Entidade.

Em seu discurso, Dejanira Braga lembrou que a Previdência Social está perto de completar cem anos. “Ela é justa e solidária, uma verdadeira proteção social. Temos que mostrar que este projeto é uma destruição da proteção social dos trabalhadores brasileiros. Esse sistema de capitalização, previsto na reforma, acaba exatamente com essa proteção. O que será dos nossos idosos? Vão ficar iguais aos idosos do Chile, na miséria? Temos que nos unir e dizer não à reforma da Previdência”, enfatizou a vice-presidente.

No seu Estado

MG: Reforma Tributária Solidária



O bailarino, ator e empreendedor mineiro Sebastian Fonseca participou,

dia 5/4, de reunião na ANFIP-MG para divulgar o projeto do Núcleo de Artes Cênicas Sebastian (NACS) e falar sobre sua parceria com a ANFIP na divulgação dos projetos Reforma Tributária Solidária e reforma da Previdência. Estiveram presentes os vice-presidentes da ANFIP, Décio Bruno Lopes e Ilva Franca, que discorreram sobre as ações da Entidade relativas às reformas Tributária e da Previdência.

RS: Frente Gaúcha orienta trabalhadores



A Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social agitou o centro

de Porto Alegre em 16 de abril. Em parceria com a Comissão de Seguridade Social da OAB/RS, representantes das entidades que compõem a Frente, com a utilização do Aposentômetro, calculadora criada pelo Dieese, orientaram trabalhadores sobre o impacto da reforma da Previdência nas suas aposentadorias. O encontro contou com o apoio e participação do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antônio Romero.

SP: Estadual paulista agora é ANFIP-SP



Em Assembleia realizada dia 24/4, pela Associação Paulista

dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (APAFISP), foi aprovada por maioria a alteração do nome da Entidade para ANFIP-SP. A mudança faz parte do projeto ANFIP do Futuro. A ANFIP parabeniza os associados de São Paulo pela maturidade e visão de futuro para o avanço e crescimento da Associação em nível nacional.

RJ: OAB debate reforma da Previdência



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, participou de audiência pública sobre a reforma da Previdência na OAB/RJ, dia 8/4. O evento foi uma iniciativa das comissões de Previdência Social e de Direitos Sociais. Também compareceu a vice-presidente Ilma Pelizon dos Santos (Comunicação Social) o presidente da Seccional, Luciano Bandeira; a docente Sara Granemann e o advogado Jaiderson Rivarola.

ANFIP completa 69 anos



Os desafios ao longo desses anos foram muitos, mas uma coisa a ANFIP se orgulha, a de olhar para seus representados e para o próximo com sentimento de proteção e justiça. Seguindo esses pilares, e muitos outros valores baseados na ética e nos direitos sociais, a Entidade construiu uma história de 69 anos, comemorado dia 22 de abril.

Chegamos até aqui com o sentimento de missão plena, atuando com inovação, quebrando paradigmas, implantando novas ideias e conquistando espaço de participação social ativa.

É com essa mesma vibração que muitas outras conquistas serão vivenciadas. E você, associado, aguarde novidades! Muitas ações ainda estão por vir.

ANFIP, 69 anos de vida. Parabéns!

Estaduais obtém liminar para manutenção de desconto em folha

No dia 4 de abril, através do seu advogado Claudio Farág, a ANFIP obteve liminares às suas Estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais suspendendo os efeitos da Medida Provisória 873/19 e mantendo o desconto em folha de pagamento das mensalidades associativas.

Em sua decisão, a juíza federal da 6ª Vara do Distrito Federal, Ivani Silva da Luz, deferiu o “pedido de tutela de urgência para determinar à ré que proceda ao desconto”.

Debate em defesa da Previdência Social é intensificado

Em continuidade ao trabalho realizado pela ANFIP em defesa dos direitos previdenciários e contra a proposta de reforma do sistema (PEC 6/19), a Associação se mantém ativa no debate por todo o país. Confira algumas das atividades realizadas em abril:



Economistas alertam para desmonte da Seguridade em audiência, dia 16/4, na CTASP da Câmara dos Deputados.



ANFIP, OAB e centrais sindicais unidas contra a reforma da Previdência e em defesa da Reforma Tributária Solidária, dia 16/4.



Palestra para Frente Parlamentar de Caxias do Sul, em 15/4, com participação e palestra da ANFIP.



Na CNBB, dia 4/4, ANFIP e Fenafisco são recebidas pelo secretário-geral, Dom Leonardo Steiner.



Reunião com o relator da PEC 6/2019, deputado Marcelo Freitas (PSL/MG), dia 10/04, na CCJ da Câmara dos Deputados.



Debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, realiza dia 3/4, na Câmara dos Deputados.



15ª Jornada de Debates do Dieese contou com participação da ANFIP. Evento realizado dia 2/4, em Brasília.



Assembleia Legislativa de Minas Gerais sediou, em 12/4, protesto contra reforma da Previdência com 5 mil trabalhadores.



Entidades divulgam “Carta de Curitiba” em seminário sobre a reforma da Previdência, realizado dias 8 e 9/4.



Reunião com o deputado federal Guiga Peixoto (PSL/SP) sobre as reformas Tributária e Previdenciária, dia 3/4.



ANFIP mobiliza professores federais (Proifés) contra a reforma da Previdência, em reunião dia 5/4.



Debate no Senado sobre Previdência e Trabalho, com foco nas Aposentadorias Especiais, realizado dia 22/4.